

FUCAPE FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ENSINO

SÔNIA MARIA BEZERRA

**CONDIÇÕES SOCIODEMOGRÁFICAS E SOCIOECONÔMICAS NA
TEMPESTIVIDADE E INTEGRALIDADE DE RREO E RGF DOS
MUNICÍPIOS DO PIAUÍ**

**VITÓRIA – ES
2021**

SÔNIA MARIA BEZERRA

**CONDIÇÕES SOCIODEMOGRÁFICAS E SOCIOECONÔMICAS NA
TEMPESTIVIDADE E INTEGRALIDADE DE RREO E RGF DOS
MUNICÍPIOS DO PIAUÍ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante.

Orientadora: Profa. Dra. Arilda Magna Campagnaro Teixeira.

**VITÓRIA – ES
2021**

SÔNIA MARIA BEZERRA

**CONDIÇÕES SOCIODEMOGRÁFICAS E SOCIOECONÔMICAS NA
TEMPESTIVIDADE E INTEGRALIDADE DE RREO E RGF DOS
MUNICÍPIOS DO PIAUÍ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em 22 de setembro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. ARILDA MAGNA CAMPAGNARO TEIXEIRA
Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino

Prof. Dr. OLAVO VENTURIM CALDAS
Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino

Prof. Me. JOÃO EUDES BEZERRA FILHO
Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino

Dedico esse trabalho a Deus, a minha família e a todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos de mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, por me dar forças ao longo desta jornada.

Aos meus pais Pedro Avelino e Maria Rocha, que me ensinaram valores e fé; meus filhos: Virgílio, Vilson e Vítor, pelo amor incondicional; ao meu esposo, José Virgílio, por compreender a minha dedicação para a construção do trabalho.

Aos colegas e professores do curso de Mestrado da Fucape Fundação Pesquisa e Ensino, pelo convívio e crescimento em várias discussões.

A minha orientadora, professora Dra. Arilda Teixeira, pelas valiosas orientações, incentivos, paciência na elaboração deste trabalho.

Ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí, através do conselheiro Joaquim Kennedy Nogueira Barros, pela receptividade e incentivo e Vilmar Barros Miranda, auditor de controle externo, diretor de fiscalização da administração municipal, pela celeridade na disponibilidade do banco de dados de informação daquela corte.

O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim:
esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta o que ela quer da
gente é CORAGEM

(Guimarães Rosa)

RESUMO

Esta dissertação buscou identificar a influência dos aspectos socioeconômicos e sociodemográficos no cumprimento de prazo para a publicação, e a completude dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), apresentados ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI), no período de 2010 a 2016. Foi uma pesquisa descritiva quanto ao objetivo; quantitativa, quanto à abordagem; e documental quanto aos procedimentos, que utilizou dados secundários. Os resultados foram estimados por regressão logística com efeitos marginais e sugeriram que a nota dos anos iniciais do ensino fundamental – IDEB inicial (1º ao 5º ano) e a distância do município em relação à capital (Teresina), apresentam efeito negativo, significativo e robusto para explicar a Integralidade das informações apresentadas ao TCE/PI, razão que confirma a Hipótese 1 - a área (km²) do município tem relação negativa e significativa com a Tempestividade de relatórios (RREO e RGF) dos municípios do estado do Piauí. Os municípios com melhores condições socioeconômicas são mais tempestivos na prestação de contas ao TCE/PI. Embora tenha destacado efeitos positivos no desenvolvimento socioeconômico dos municípios, os gestores públicos do estado do Piauí não conseguiram consolidar plenamente a responsabilidade fiscal no quesito Integralidade dos relatórios contábeis. Este trabalho contribui para a literatura por ratificar a hipótese de que a distância, em km², do município à capital (Teresina), e a nota dos anos iniciais do ensino fundamental – IDEB inicial, influenciam negativamente a integralidade dos demonstrativos contábeis. Espera-se também que essa pesquisa possa contribuir para outras que virão com essa temática.

Palavras-chave: Gestão Fiscal Municipal; Tempestividade e Integralidade de Relatórios; Municípios do Piauí.

ABSTRACT

This dissertation sought to identify the influence of socioeconomic and sociodemographic aspects in meeting the deadline for publication, and the completeness of the Fiscal Management Reports (RGF) and Summary Reports on Budget Execution (RREO), presented to the Court of Auditors of the State of Piauí (TCE/PI), in the period from 2010 to 2016. It was a descriptive research regarding the objective; quantitative, regarding the approach; and documentary regarding the procedures, which used secondary data. The results were estimated by logistic regression with marginal effects and suggested that the grade of the initial years of elementary school – initial IDEB (1st to 5th grade) and the distance between the municipality and the capital (Teresina) had a negative, significant and robust effect. to explain the completeness of the information presented to the TCE/PI, which confirms Hypothesis 1 - the area (km²) of the municipality has a negative and significant relationship with the timeliness of reports (RREO and RGF) of the municipalities in the state of Piauí. Municipalities with better socioeconomic conditions are more timely in rendering accounts to the TCE/PI. Although it has highlighted positive effects on the socioeconomic development of the municipalities, public managers in the state of Piauí have not been able to fully consolidate fiscal responsibility in the item Completeness of accounting reports. This work contributes to the literature by confirming the hypothesis that the distance, in km², from the city to the capital (Teresina), and the grade of the initial years of elementary school –initial IDEB, negatively influence the completeness of the financial statements. It is also expected that this research can contribute to others that will come with this theme.

Keywords: Municipal Fiscal Management; Timeliness and Completeness of Reports; Municipalities of Piauí.

SUMÁRIO

1.	
Capítulo.....	09
1 INTRODUÇÃO.....	09
2. Capítulo.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PÚBLICAS.....	14
2.2 INTEGRALIDADE E TEMPESTIVIDADE.....	18
2.3 CONTROLE INTERNO E EXTERNO DA GESTÃO PÚBLICA.....	21
3. Capítulo.....	25
3 METODOLOGIA.....	25
3.1 SELEÇÃO DA AMOSTRA.....	25
4. Capítulo.....	29
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	29
4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA E CORRELAÇÕES.....	29
4.2 RESULTADOS DOS MODELOS.....	32
4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	35
5. Capítulo.....	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	43

Capítulo 1

1. INTRODUÇÃO

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) definiu que as informações dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) e Relatórios da Gestão Fiscal (RGF) devem ser publicados, o que levou os gestores públicos a darem mais visibilidade e importância à contabilidade. Na concepção de Cruz e Afonso (2018) a publicização dessas informações deve ser oportuna, completa, e confiável para que o cidadão possa avaliá-las.

Bairral, Silva e Alves (2015) pesquisaram o nível de transparência pública nos demonstrativos de gestão anual de 115 instituições públicas federais no exercício de 2010. Encontraram nível baixo de evidenciação e deficiência na divulgação obrigatória dos referidos demonstrativos.

Sothe, Visentini e Kegel (2018) estudaram a influência dos indicadores socioeconômicos e demográficos na execução orçamentária, na gestão dos recursos tributários, e no desenvolvimento dos municípios catarinenses, levando em conta os aspectos de educação, Emprego e Renda e saúde. Os resultados apontaram que municípios com número maior de habitantes, PIB *per capita*, densidade demográfica e contribuição tributária têm maior execução orçamentária, de modo especial nas áreas de educação e saúde.

Nessa conjuntura, em que a LRF exige parecer sobre uma gestão fiscal equilibrada, Slomski (2010) determina a feitura na sua completude e publicidade de forma tempestiva dos RREO e RGF. Esse processo de divulgação das contas públicas, em especial, no contexto de universalização de conceitos e padrões

demandados pelas International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) aponta o compromisso do administrador público de prestar contas da gestão para a população.

A Lei Complementar 131/09 - Lei da Transparência - tornou obrigatória a publicação *online* das contas públicas dos municípios com informações detalhadas sobre as receitas e despesas. A transparência fiscal municia o legislativo e a sociedade com informações para responsabilizar os gestores públicos (Cruz et al., 2015).

O regulamento da transparência ampliou o acesso de conhecimento ao obrigar a divulgação dos resultados da gestão fiscal. A Tempestividade e a Integralidade dos RREO e dos RGF são formas para cumprir essa transparência. A primeira, porque entrega os resultados dentro do prazo estipulado pela Lei; a segunda porque entrega as informações exigidas pela Lei. Ela veio para atender uma demanda latente da sociedade pelo direito ao acesso à informação; e, concomitantemente, permitir que os órgãos públicos sustentem o pacto social ajustado a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal (Resende & Nassif, 2015; Zucoloto & Teixeira, 2014).

Abdala e Torres (2016) consideraram que a era da informação, ao disseminar o uso da Tecnologia de Informação (TI), certamente afetariam o *modus operandi* da gestão governamental. A LRF e o Portal da Transparência ratificam tais previsões; ainda que a primeira tenha sido imposta, mais para que se garantisse condições de governabilidade, do que de transparência das contas públicas, a LRF melhorou o cumprimento das obrigações fiscais na gestão pública; e com isso viabilizando melhorias nas formas de administrar os recursos públicos (Silva & Crisóstomo, 2019; Cruz, Lopes, Pimenta, & Soares, 2018; Cruz, & Afonso, 2018; Matos, 2017; Ceolin,

Almeida, & Alves, 2016; Araújo, Santos, & Gomes, 2015; Zuccolotto & Teixeira, 2014; Linhares, Pena, & Borges, 2013).

Kochmanski (2017) pesquisou como o orçamento influencia a Integralidade, a Tempestividade da gestão fiscal dos municípios de Rondônia. Cruz e Afonso (2018) pesquisaram os limites fiscais e os indicadores de cumprimento de metas, usando os pilares planejamento, transparência e controle, de 282 municípios brasileiros. Silva e Crisóstomo (2019) apontaram o impacto da gestão fiscal e da eficiência da gestão pública sobre o crescimento socioeconômico dos municípios do Ceará.

Iudícibus (2010) destaca que os relatórios contábeis apresentam informações econômicas, sociais, físicas e de utilidade na tomada de decisão de forma acertada, isto posto, motiva a refletir se os fatores sociodemográficos (área, e distância) e socioeconômicos (escolaridade do prefeito, renda, PIB, saúde, educação, emprego&renda, equilíbrio fiscal e diversidade ocupacional – variáveis explicativas), podem influenciar a Tempestividade e a Integralidade das informações fiscais dos RREO e RGF publicados pelos municípios do estado do Piauí – variáveis explicadas.

Com fundamento na literatura, restou evidenciados que fatores sociodemográficos e socioeconômicos, podem interferir na Tempestividade e Integralidade da disponibilização das informações fiscais exigidas na LRF (Campante, 2014; Zucoloto & Teixeira, 2014). Ao incluir esses parâmetros de comparação nesta pesquisa, deparou-se com o seguinte questionamento: quais são os fatores sociodemográficos e socioeconômicos que influenciam a Tempestividade e a Integralidade das informações dos RREO e RGF, publicadas pelos municípios do estado do Piauí?

Este trabalho tem natureza exploratória, de caráter quantitativo, com dados secundários do período 2010 a 2016. Os resultados foram estimados por modelo *Logit* com efeitos marginais, para 223 municípios piauienses; visando identificar a influência dos aspectos socioeconômicos e sociodemográficos no cumprimento de prazo para a publicação, e a completude dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), e Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), apresentados ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI), no período de 2010 a 2016.

A pesquisa torna-se pertinente pois o Piauí conforme estudo de Zuccolotto e Teixeira, (2014) é o estado que menos divulga as informações contábeis, em relação aos demais estados brasileiros. Por tratar da compreensão das informações contábeis apresentadas pelo ente público, por examinar se os RGF estão favorecendo a ampliação da transparência governamental, na perspectiva das pessoas, e se os RREO demonstram o resumo da realização das receitas e da execução das despesas governamentais.

Justifica-se também porque não se identificou, na literatura, estudo que associasse a Integralidade e Tempestividade dos RGF e RREO dos municípios do estado do Piauí; com o tamanho do PIB, área do município, distância do município em relação à capital, equilíbrio fiscal, escolaridade do prefeito, IDEB inicial e final, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal Geral (IFDM Geral) e diversidade ocupacional.

Adicionalmente, é oportuno destacar que o cuidado com a prestação de contas tem aumentado no âmbito da gestão pública. Dentre as argumentações sobre essa tendência está a de Sacramento e Pinho (2015) que ressaltam a relevância de publicar os relatórios contábeis no aprimoramento da governança, e

concomitante redução da impunidade e de práticas prejudiciais ao patrimônio público.

Capítulo 2

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PÚBLICAS

Os RREO e os RGF são elaborados em conformidade com as determinações do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) que estabelece regras de harmonização observadas pela gestão pública; em cumprimento a LRF esses relatórios são publicados para que o cidadão tenha o direito de saber em que e como está sendo gasto os recursos públicos.

Conforme a MCASP (2018) quanto mais o tratamento dado para a gestão das receitas e despesas públicas estiver alinhado ao que manda os preceitos da LRF mais transparência, Integralidade e Tempestividade haverá nos RREO e RGF. Nesse caso, esses relatórios efetivamente evidenciarão prestação das contas públicas brasileiras.

Os RGF demonstram o monitoramento e a divulgação dos limites estipulados pela LRF: concessão de garantias, despesas com pessoal, dívidas com garantias e contratação de operações de crédito. Sua publicação é realizada quadrimestralmente, e semestralmente apenas para os municípios com menos de cinquenta mil habitantes que optarem pela divulgação simplificada (Bairral, Silva, & Alves, 2015)

A LRF exige uma ação planejada e transparente na governança pública (Brasil, 2000), com publicização dos planos e orçamentos, das prestações de contas dos relatórios da gestão fiscal. Essa legislação também impôs a necessidade de

fiscalização e participação, pelo povo, nas decisões de cunho coletivo (Silva & Crisóstomo, 2019; Sousa et al., 2013).

Os RREO evidenciam a situação fiscal do ente público de forma consolidada, através de informações sobre a execução orçamentária de receitas e despesas. Essas informações, conforme art. 52 da LRF, devem ser disponibilizadas até trinta dias após finalizado o bimestre da prestação de contas.

Contudo, o prazo determinado pela Constituição do estado do Piauí, em seu art. 16, para o gestor público entregar os RREO ao TCE/PI é de sessenta dias; enquanto a LRF, no art. 52, estabelece o prazo de trinta dias após o encerramento de cada bimestre. Essa diferença de periodicidade da publicação dos RREO pode incentivar os gestores públicos a atrasarem a entrega dos referidos relatórios; e/ou justificarem sua incompletude, devido ao desalinhamento dos prazos de elaboração e entrega.

Souza, Silva, Araújo e Silva (2010), Queirós (2013), Sanchez e Nascimento (2016), consideram que os gestores públicos deixam muito a desejar quanto à publicação de informações contábeis obrigatórias. Isso dificulta a compreensão dos seus usuários sobre os resultados dos balanços, gerando divergência de informação entre o cidadão (contribuinte) e o ente público. As consequências desse viés de informação vão desde a ilegitimidade até desperdícios de recursos que poderiam e deveriam serem eficazes e empregados com transparências nas políticas públicas.

Os usuários internos e externos precisam de um padrão de informação transparente que lhes possibilitem decidir adequadamente (Rocha & Costa, 2016). As informações para os usuários externos ainda carecem de mais atenção, pois é necessário que sejam compreensíveis para permitir o controle eficaz e transparente, que evita a assimetria de informação (Sanches & Nascimento, 2016).

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) 1374/11 (CFC 1.374/11) tratou disso, quando relacionou utilidade com relevância e fidedignidade. Alertou para o fato de que a informação contábil-financeira somente será melhorada quando incorporar conceitos de comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.

Um sistema eficiente permite qualquer usuário comparar demonstrações entre dois ou mais municípios similares; assim como as demonstrações dos exercícios financeiros (Sanches & Nascimento, 2016).

Já a verificabilidade diz respeito a um possível consenso entre usuários de quanto uma informação contábil é fidedigna ou não. A Tempestividade deve assegurar que a informação esteja disponível para tomadores de decisão a tempo de decidir sobre seus atos administrativos; e a Integralidade deve assegurar que ela esteja completa. Juntas, ratificam a qualidade da informação contábil (Marion, 2018; Resolução CFC 1.374/11).

Kronbauer, Kruger, Nascimento e Ott (2011) pesquisando irregularidades nas prestações de contas dos municípios do Rio Grande do Sul apontados pelo TCE (RS), a partir do relatório de acompanhamento de gestão de 2004; identificaram, dentre uma amostra de 99 dos 496 municípios gaúchos, 834 irregularidades. Esse estudo apontou correlação entre existência de irregularidades e, tamanho da área geográfica dos municípios, contingente populacional, Produto Interno Bruto (PIB) Receita Corrente Líquida e, Grau de instrução dos prefeitos.

Outro aspecto de irregularidade pesquisado são os ciclos políticos. Ott *et al.* (2011) e Ferraz e Finan (2011) identificaram, em uma amostra de 486 municípios no período de 2001-2004, que prefeitos em segundo mandato desviaram até 57% a mais de recursos recebidos da União, em relação aos prefeitos com possibilidades

de reeleição. A indicação de que os ciclos políticos influenciam atos irregulares de prefeitos também foi corroborada nos estudos de (Nakaguma, & Bender, 2006; Arvate, Rocha, Curi, & Sanches, 2010; Klein, 2010).

Kronbauer, Kruger, Nascimento e Ott (2011) pesquisaram 30 municípios da região metropolitana de Porto Alegre, a partir de três recortes temporais: (i) o período antes da LRF; (ii) o período da implantação da LRF; e (iii) o período depois da implantação da LRF. Identificaram 2.760 irregularidades. O estudo evidenciou que quanto mais recursos livres de vinculação, mais acertos; quanto maior o PIB *per capita* e os níveis de escolaridade da população, menos irregularidades existem; a vigência da LRF aumentou o número de inconformidades.

Velten (2015) pesquisou 848 pareceres prévios das contas anuais de governos municipais do Espírito Santo, nos exercícios de 2000 a 2010 para identificar os determinantes das rejeições dessas contas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Espírito Santo. Descobriu que a natureza dessas prestações de contas tem uma essência contábil; e que quando ela não é produzida por profissionais com conhecimentos necessários para o exercício da função, há mais possibilidades para ocorrer erros. Contudo, quando os prefeitos são tecnicamente auxiliados, diminui a probabilidade de rejeição das contas pelo TCE do Espírito Santo.

Zorzal e Rodrigues (2015) consideraram que uma prestação de contas deficiente compromete a qualidade do *disclosure*. Kochmanski (2017) apontou os efeitos dos ciclos políticos orçamentários sobre a Tempestividade e a Integralidade da prestação de contas, indicando que, em média, ela é mais integral (84%), do que tempestiva (18%). E que o *disclosure* no período pré-eleitoral é mais completo, quando o prefeito tem bons resultados para apresentar. Sugere estudos futuros

sobre a influência dos ciclos políticos orçamentários no comportamento dos gestores e dos cidadãos.

Souza *et al.* (2010) pesquisando as contas públicas das capitais brasileiras, constataram que, das 27 capitais, 13 não faziam registro algum de suas contas; 14 faziam registros parciais; e nenhuma cumpriu o artigo 48 da LRF.

O controle dos entes públicos efetiva a responsabilização política dos gestores e a prestação de contas. Os pareceres sobre a prestação de contas emitidos pelos Tribunais de Contas podem ser favoráveis, favoráveis com ressalvas, ou desfavoráveis à aprovação das contas.

Segundo a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil ATRICON (2017) o setor público brasileiro ainda está em processo de conversão para as Normas Internacionais de Contabilidade - *International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)*.

2.2 INTEGRALIDADE E TEMPESTIVIDADE

A Integralidade é o sinônimo da completude das demonstrações contábeis, dentro da medida de custo e materialidade. Uma falha pode tornar a informação enganosa ou falsa; nessa situação, deficiente, não verdadeira e sem valor. Refere-se a informação contábil que compreende todos os elementos relevantes e expressivos sobre o que se pretende publicar ou divulgar - previsões, análises, opiniões, ajustes, relatórios e demais itens (Iudícibus, 2010).

Ott *et al.* (2011) estudou as irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE/RS) nos relatórios de gestão fiscal no ano 2004 de 99 municípios do referido estado, encontrou que os municípios com mais

irregularidades apontadas, são os que tem: maior população, maior receita corrente líquida, maior PIB, e maior área geográfica.

Nesta direção de análise de irregularidades apresentadas pelo controle externo, Dalto (2011) estudou os acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as irregularidades na execução de recursos de convênios entre fundações de apoio e instituições federais de ensino brasileiras. Encontrou menor quantidade de irregularidades no ano de 2006, e maior quantidade de irregularidades no ano de 2010. Sendo que, ocorreu em menor quantidade no estado de Mato Grosso, e maior concentração no Pernambuco.

Dessa forma, é essencial que os relatórios de gestão fiscal sejam elaborados de forma completa. A informação pública é completa quando possui aspectos quantitativos e características qualitativas da gestão que são apresentadas em audiências públicas (Sothe, Dill, & Dresel, 2014).

Platt Neto et al. (2007) apontam como causas da incompletude dos demonstrativos de prestação de contas na gestão pública, o fato de o gestor estar mais direcionado para cumprimento da legislação do que para perceber sua utilidade para atender ao interesse dos usuários dos referidos demonstrativos. Relatórios com tamanhos reduzidos de letras, sem os resumos e notas explicativas; inconclusos, sem a estética recomendada; com informações obsoletas, incompletas e inadequadas; prejudicam e distorcem as análises desses documentos.

O *Financial Accounting Standard Board FASB* (1980) aponta que, isoladamente, a Tempestividade da informação contábil não apresenta relevância. Mas, sua ausência pode prejudicar a tomada de decisão devido à insuficiência de informações – poderá induzir a interpretações equivocadas sobre a questão tratada.

A Tempestividade, conforme o CFC (2011) [...] reflete ter informação acessível para tomar decisão a tempo de poder influenciar na tomada de decisões. É indispensável que a frequência dessas informações seja mantida. Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade, (NBC TSP) - Estrutura Conceitual (EC) (2018), Tempestividade é um atributo que qualifica a informação contábil, significa a informação estar disponível para os tomadores de decisão em tempo apto para essas deliberações. Tazik e Mohamed (2014) apontam que os clientes da informação contábil carecem de informações confiáveis, tempestivas e expressivas. Por isso aumento da Tempestividade das informações contábeis tem contribuído para melhoria da qualidade dessas informações.

A Norma Brasileira de Contabilidade, (NBC TSP) - Estrutura Conceitual (EC) (2016), considera que as informações devem ser acessíveis as pessoas que utilizam os serviços e os fornecedores de recursos, em tempo hábil para que seja vantajosa à prestação de contas e à *accountability*. Informações têm efeitos positivos na tomada de decisão da entidade, conseqüentemente são do interesse dos agentes públicos e da sociedade.

A NBC TG 1000 (2016) pontua que Tempestividade compreende apresentar informações no momento do desempenho da decisão. Se tiver atrasamento não justificado ao divulgar a informação, ela pode perder sua qualidade de relevante. A organização deve examinar com atenção a elaboração dos relatórios em momento adequado, para oferecer informações íntegras. Ainda na NBC TSP - Estrutura Conceitual (2016) aborda que equilibrar a relevância e confiabilidade, aprimora a utilidade no processo avaliativo da prestação de contas e responsabilidade de influenciar e informar os atos decisórios.

A Instrução Normativa TCE/PI n. 09 (2017), em seu Artigo 39 diz que ocorrerá o descumprimento das prestações das informações junto ao TCE/PI quando não for providenciado, tempestiva e integralmente, a prestação de contas desses relatórios demandados através do sistema eletrônico. Conforme se encontra no § 2º Capítulo II, a constatação de dados em desacordo com outras informações remetidas poderão ser recusadas pelo Tribunal de Contas, tornando o ente inadimplente, sujeito a incompatibilizações legais.

A LRF, art.48 aponta os RGF e os RREO como ferramenta de gestão fiscal que devem ser divulgados por meio eletrônico com acesso público (Sothe, Dill, & Dresel, 2014; Leite Filho, & Fialho, 2015). Cruz e Afonso (2018) apresentam que as informações publicizadas para atender às exigências impostas pela LRF são evidenciadas obrigatoriamente, razão que o gestor público obedece mais à legislação do que disponibiliza informações relevantes para o povo.

Costa e Rátis (2013) encontraram que o nível de escolaridade e a competição política influenciam positivamente os gestores quanto a regularidade e Tempestividade na prestação de contas. Por sua vez, o tamanho do município é fator que pesa negativamente para a regularidade e a Tempestividade.

Entende-se que o estudo a partir de indicadores sociodemográficos e socioeconômicos na Tempestividade e Integralidade das informações dos RREO e RGF contribui para a literatura da gestão fiscal dos municípios piauienses, pois aponta evidenciação das respectivas informações com vista ao aperfeiçoamento na divulgação dos relatórios de forma completa e tempestiva.

2.3 CONTROLE INTERNO E EXTERNO DA GESTÃO PÚBLICA

O controle é o elo entre Sociedade e Governo, ligado ao estado democrático de direito, quanto mais adiantada for a democracia, mais interesse as pessoas têm pela *Accountability*, porque sabem que o combate à corrupção depende da eficiência da gestão - acompanhamento dos atos administrativos.

Kronbauer, Kruger, Nascimento e Ott (2011) consideram que o acompanhamento dos atos de gestão pública se dá de duas formas (i) controle estatal; e (ii) controle social. O primeiro está dentro da própria esfera administrativa corrigindo atos viciados; e o segundo no Legislativo, com o amparo do Tribunal de Contas do Estado.

Lopes, Ribeiro, Pederneiras e Silva (2009) consideram que na passagem do século XX para o XXI houve aumento da participação das pessoas nos atos de gestão e de fiscalização; devido a melhoria do capital social que o levou à ter mais atenção e cobrança para as decisões públicas, principalmente quanto a eficiência e probidade. Kronbauer *et al.* (2011) identificaram que a disponibilidade de dados pela *internet*, via Portal da Transparência, é um inibidor de irregularidades administrativas e de gestão. Por isso, tanto o controle social, quanto o de Governo, podem funcionar lado-a-lado em prol de um maior e melhor controle das decisões públicas.

Já Queiroz, Nobre, Silva e Araújo (2013) estudaram a transparência dos municípios do Rio Grande do Norte, encontraram que as informações publicadas não amenizam a assimetria informacional do setor público no respectivo estado. Os resultados sugeriram que o tamanho do município e os aspectos socioeconômico não são fortes determinantes na qualidade do *disclosure*.

A saúde fiscal dos municípios tem sido uma batalha para o crescimento econômico do Brasil. Uma administração financeira e tributária eficiente é um

aspecto de grande valia para alavancar a qualidade dos serviços prestados a sociedade (BNDES, 2019).

O Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT), do Banco de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), apoia projetos de investimentos que visa melhorar a qualidade e transparência da gestão pública (BNDES, 2019).

As evidências encontradas por Queiroz, Nobre, Silva e Araújo (2013), que pesquisaram o nível de transparência dos municípios no estado do Rio Grande do Norte, e encontraram que o tamanho do município e os fatores socioeconômicos não são fortes determinantes da qualidade da divulgação das contas públicas, levaram à formulação de quatro hipóteses:

TABELA 1: HIPÓTESES E RESPECTIVAS FONTES DA LITERATURA

Hipóteses	Fontes da literatura
H1: A área (km ²) do município tem relação negativa e significativa com a Tempestividade de relatórios (RREO e RGF) dos municípios do estado do Piauí.	Queiroz, D. B. de, Nobre, F. C., Silva, W. V. da, & Araújo, A. O. (2013). Transparência dos Municípios do Rio Grande do Norte: Avaliação da Relação entre o Nível de Disclosure, Tamanho e Características Socioeconômicas
H2: O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do primeiro ao quinto ano do município tem relação positiva e significativa com a Tempestividade dos RREO e dos RGF dos municípios do Piauí.	Zuccolotto, R., & Teixeira, M. A. C.(2014) As causas da transparência fiscal: evidências nos estados brasileiros.
H3: A distância do município em relação à capital (Teresina) tem relação negativa e significativa com a Integralidade dos RREO e dos RGF dos	<i>Campante, F. R. e Quoc-Anh Do. (2014). Isolated Capital Cities, Accountability, and Corruption: Evidence from US States.</i>

municípios do Piauí.	
H4: O PIB <i>per capita</i> explica a Integralidade de RREO e RGF dos municípios do Piauí.	Kochmanski, L. B. S. (2017). Efeitos do ciclo político orçamentário na tempestividade e integralidade do disclosure de gestão fiscal dos municípios.

Fonte: Elaborado pela autora.

O estado do Piauí convive com um paradoxo de comportamento do PIB de seus municípios - em 2017 teve o primeiro e o terceiro município com maior crescimento de PIB do Brasil, em Curral Novo do Piauí e Simões -; em contrapartida, nesse ano, os dois menores crescimentos de PIB do Brasil, também foram do Piauí - Miguel Leão e Santo Antônio dos Milagres.

Capítulo 3

3 METODOLOGIA

3.1. SELEÇÃO DA AMOSTRA

Esta dissertação foi uma pesquisa de natureza exploratória, de caráter quantitativo, com dados secundários do período 2010 a 2016. Os resultados foram estimados por modelo *Logit* com efeitos marginais, para os 223 municípios piauienses. A escolha desse período se deveu ao fato de que ele era o único em que se tinha todos os dados de julgamento de contas pelo TCE/PI dos municípios estudados. As informações foram coletadas nos meses de julho a dezembro de 2019, no Sistema Informatizado do Tribunal de Contas do Estado do Piauí - TCE-PI. O município de Teresina foi retirado da amostra porque seus indicadores eram muito maiores do que os dos demais, o que faria com que enviesassem a amostra.

As extensões territoriais de todos os municípios foram obtidas no portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); a pesquisa sobre Tempestividade e Integralidade na prestação das contas dos municípios piauienses, foram colhidas no *site* do TCE-PI, e no Portal da Transparência; as informações sobre PIB, Renda, Tamanho do Município (em Km²), e Distância do Município em relação à Capital (Teresina) foram colhidas no IBGE. As informações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foram adquiridos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP); os indicadores de saúde, educação e emprego&renda foram coletados na base de dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan); o indicador de diversidade de ocupação econômica dos municípios, que é um indicador para a diversidade de trabalho,

mercado e diferentes ocupações profissionais dentro do município, foi coletado na base DataViva. Os dados foram estimados por regressão logística em que:

Modelos definidos para estimar os efeitos das variáveis estabelecidas na Tempestividade. Nas equações 2 e 4, estão indicados os sub-índices desagregados do IFDM Geral, ou seja, IFDM Saúde, IFDM Educação e IFDM Emprego&Renda.

$$\begin{aligned} Tempest_{it} = & \beta_0 + \beta_1 \ln PIB_{it} + \beta_2 \ln Area_{it} + \beta_3 Equilibrio_{it} + \beta_4 EducPrefeito_{it} + \beta_5 \ln Dist_{it} \\ & + \beta_6 Renda_{it} + \beta_7 DiversidadeOcup_{it} + \beta_8 IDEB_{in_{it}} + \beta_9 IDEB_{fi_{n_{it}}} + \beta_{10} IFDM_{geral_{it}} \\ & + \varepsilon_{it} \quad (1) \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} Tempest_{it} = & \beta_0 + \beta_1 \ln PIB_{it} + \beta_2 \ln Area_{it} + \beta_3 Equilibrio_{it} + \beta_4 EducPrefeito_{it} + \beta_5 \ln Dist_{it} \\ & + \beta_6 Renda_{it} + \beta_7 DiversidadeOcup_{it} + \beta_8 IDEB_{in_{it}} + \beta_9 IDEB_{fi_{n_{it}}} + \beta_{10} IFDM_{saude_{it}} \\ & + \beta_{11} IFDM_{E\&R_{it}} + \beta_{12} IFDM_{educ_{it}} + \varepsilon_{it} \quad (2) \end{aligned}$$

Modelos definidos para estimar os efeitos das variáveis definidas na Integralidade: O modelo 4 explica a composição do IFDM Geral para a Integralidade – IFDM Saúde, IFDM Emprego&Renda e IFDM Educação.

$$\begin{aligned} Integralidade_{it} = & \beta_0 + \beta_1 \ln PIB_{it} + \beta_2 \ln Area_{it} + \beta_3 Equilibrio_{it} + \beta_4 EducPrefeito_{it} + \beta_5 \ln Dist_{it} \\ & + \beta_6 Renda_{it} + \beta_7 DiversidadeOcup_{it} + \beta_8 IDEB_{in_{it}} + \beta_9 IDEB_{fi_{n_{it}}} + \beta_{10} IFDM_{geral_{it}} \\ & + \varepsilon_{it} \quad (3) \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} Integralidade_{it} = & \beta_0 + \beta_1 \ln PIB_{it} + \beta_2 \ln Area_{it} + \beta_3 Equilibrio_{it} + \beta_4 EducPrefeito_{it} + \beta_5 \ln Dist_{it} \\ & + \beta_6 Renda_{it} + \beta_7 DiversidadeOcup_{it} + \beta_8 IDEB_{in_{it}} + \beta_9 IDEB_{fi_{n_{it}}} + \beta_{10} IFDM_{saude_{it}} \\ & + \beta_{11} IFDM_{E\&R_{it}} + \beta_{12} IFDM_{educ_{it}} + \varepsilon_{it} \quad (4) \end{aligned}$$

Em que:

Tempest_{it} = Variável Dependente, que representa o cumprimento de prazo para a publicação dos RREO e RGF na prestação de contas do município i no ano t;

Integral_{it} = Variável Dependente de completude dos documentos dos RREO e RGF na prestação de contas dos relatórios do município *i* no ano *t*;

lnPIB = variável explicativa - logaritmo natural do Produto Interno Bruto dos Municípios, deflacionado pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) - IBGE;

lnÁrea = Tamanho do Município (Km²);

Equilíbrio = variável binária (*dummy*) que indica o equilíbrio fiscal da gestão municipal (valor 1 quando o município teve superávit primário e zero quando não teve superávit);

Esc. Prefeito = é uma *dummy* que assumiu valor 1 quando o prefeito tem curso superior; e zero quando não tem curso superior

lnDist. = indica a distância do município em relação a capital (Teresina);

Renda = indica a quantidade de pessoas (valor decimal) que recebem até meio salário-mínimo por mês;

IFDM Geral = mede o desenvolvimento socioeconômico municipal nas áreas de emprego&renda, educação e saúde;

IFDM Saúde = mede o índice de desenvolvimento da saúde no município;

IFDM Educ. = mede o índice de desenvolvimento da educação no município;

IFDM Emprego&Renda = mede o índice de desenvolvimento de emprego no município. Compõe se por dois aspectos: Emprego - que estima a geração de emprego formal e o poder de aquisição da mão-de-obra local, e Renda - que acompanha a fonte de renda e sua disposição no mercado de serviço local.

IDEB Inicial = mede o índice de desenvolvimento dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano);

IDEB Final = mede o índice de desenvolvimento dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano);

Diver. Ocupação = é um indicador para o nível de diversidade de atividades econômicas e ocupações dentro dos municípios;

IFDM - indica as variáveis do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. Nas equações 1 e 3, é indicado o IFDM Geral, e nas equações 2 e 4, indicados os sub-índices desagregados do IFDM Geral, ou seja, IFDM Saúde, IFDM Educação e IFDM Emprego&Renda.

Capítulo 4

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. ESTATÍSTICA DESCRITIVA E CORRELAÇÕES

A Tabela 2 traz a estatística descritiva das variáveis utilizadas neste trabalho. Pela média apresentada, 58% dos municípios, no período analisado, apresentaram os documentos tempestivamente, ou seja, no prazo definido pelo TCE/PI. Apenas 2% dos municípios apresentaram integralmente a prestação de contas dos RREO e dos RGF solicitados. A média da variável de renda, indica-se que cerca de 54% da população do estado vive com uma renda *per capita* de até meio salário-mínimo; sendo que o município mais rico (tirando a capital) essa proporção foi de 41% da população; e o mais pobre, 63%.

Para os indicadores de educação do IDEB, a média de pontuação dos municípios foi de 3,56 para os anos iniciais do ensino fundamental, e 3,8 para séries finais do ensino fundamental; o que está abaixo da média brasileira no período estudado. O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) aponta que a média de desenvolvimento é de 0,56 em uma escala de 0 a 1; e que o melhor indicador é o de educação, com média de 0,64.

TABELA 2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Variável	Obs.	Média	DP	Mínimo	25%	Mediana	75%	Máximo
Integralidade	1560	0,02	0,15	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
Tempestividade	1560	0,58	0,49	0,00	0,00	1,00	1,00	1,00
ln(PIB)	1560	4,65	1,46	-1,66	3,91	4,58	5,37	10,51
ln(Área)	1560	6,60	0,93	3,52	5,98	6,66	7,20	9,04
Equilíbrio	1560	0,49	0,50	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00
Esc. Prefeito	1560	0,39	0,49	0,00	0,00	0,00	1,00	1,00
ln(Distância)	1560	5,66	0,67	3,50	5,25	5,82	6,10	6,90
Renda	1560	0,54	0,04	0,41	0,52	0,55	0,57	0,63

IFDM Geral	1510	0,56	0,06	0,35	0,52	0,56	0,60	0,73
IFDM Saúde	1560	0,63	0,11	0,23	0,55	0,63	0,71	0,92
IFDM Educ.	1559	0,64	0,09	0,38	0,58	0,64	0,70	0,95
IFDM Emprego	1510	0,41	0,09	0,15	0,35	0,41	0,45	0,80
IDEB Inicial	1479	3,56	0,57	1,90	3,20	3,50	3,90	5,70
IDEB Final	1560	3,80	1,06	0,00	3,40	3,85	4,35	7,30
Diver. Ocupação	1331	3,65	0,71	0,00	3,22	3,56	4,01	5,78

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

A Tabela 3, indica os resultados da matriz de correlação gerada pelas correlações entre as variáveis explicadas e as explicativas, espera-se um efeito positivo das variáveis de indicadores Firjan na maior Integralidade dos documentos apresentados, assim como o PIB municipal e a diversidade de ocupações econômicas daquela localidade. Por outro lado, fatores como a distância em relação à capital e a proporção da população com até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo *per capita*, que é um indicador de pobreza, têm correlação negativa com a Integralidade dos documentos (RREO e RGF). Para a Tempestividade, as variáveis de educação indicam ter efeito majoritário, pois tanto o Índice Firjan para a educação municipal quanto o IDEB dos anos iniciais indicam correlação positiva com a Tempestividade, enquanto as outras variáveis não apresentam.

TABELA 3 CORRELAÇÃO DE PEARSON

Variáveis	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)
Integralidade	1													
Tempestividade	0,02	1												
ln(PIB)	0,08***	-0,001	1											
ln(Área)	-0,01	-0,04	0,28***	1										
Equilíbrio	0,02	-0,03	-0,01	-0,04	1									
Esc. Prefeito	0,02	0,03	0,17***	-0,008	0,005	1								
ln(Distância)	-0,08***	-0,01	-0,09***	0,39***	-0,01	-0,11***	1							
Renda	-0,09***	0,0001	-0,36***	-0,04	0,02	-0,19***	0,14***	1						
IFDM Geral	0,10***	0,028	0,10***	-0,03	-0,0001	0,04	-0,26***	-0,3***	1					
IFDM Saúde	0,07***	-0,02	-0,13***	-0,03	0,02	-0,04	-0,17***	-0,03	0,76***	1				
IFDM Educ.	0,08***	0,07***	0,08***	-0,21***	0,02	0,06	-0,31***	-0,27***	0,68***	0,40***	1			
IFDM Emprego	0,03	0,003	0,27***	0,16***	-0,04	0,08***	-0,017	-0,29***	0,38***	-0,10***	-0,10***	1		
IDEB Inicial	0,01	0,08***	0,07***	-0,08***	0,05	0,12***	-0,16***	-0,16***	0,41***	0,22***	0,63***	-0,06	1	
IDEB Final	0,05	0,024	0,13***	0,02	0,06	0,03	-0,11***	-0,12***	0,37***	0,24***	0,49***	-0,04	0,47***	1
Diver. Ocupação	0,12***	0,02	0,57***	0,37***	-0,04	0,21***	-0,10***	-0,53***	0,22***	-0,07***	0,19***	0,36***	0,12***	0,17***

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

Nota: *** 1%; ** 5%; * 10%

4.2. RESULTADOS DOS MODELOS ESTIMADOS

As Tabelas 4 e 5 indicam os resultados das equações 1, 2, 3 e 4 propostas neste trabalho, respectivamente, com seus estimados com modelo *logit*. Várias combinações de variáveis foram testadas, para verificar a consistência e robustez dos efeitos. Os efeitos reportados nas Tabelas são os efeitos marginais médios computados após a estimativa do modelo *logit*.

Para o modelo *logit*, por ser um modelo não linear, os coeficientes não são interpretáveis. Por este motivo, os resultados reportados nas Tabelas 4 e 5 já são resultados considerando os efeitos marginais médios, computados após a estimativa do modelo *logit*, para que se tenha maior interpretabilidade dos coeficientes estimados. O resultado do modelo *logit* original não foi reportado, somente o efeito marginal.

TABELA 4 RESULTADOS PARA TEMPESTIVIDADE

Variáveis	Tempest. (1)	Tempest. (2)	Tempest. (3)	Tempest. (4)	Tempest. (5)	Tempest. (6)
ln(PIB)	0.00414	-0.0133	0.00373	-0.0151	-0.00209	-0.0170
ln(Área)	- 0.0307*	-0.0509***	-0.0298*	-0.0547***	-0.0231	-0.0411**
Equilíbrio	-0.0339	-0.0350	-0.0380	-0.0357	-0.0357	-0.0320
Esc. Prefeito	0.0370	0.0406	0.0379	0.0367	0.0376	0.0387
ln(Distância)	0.0363	0.0715***	0.0404*	0.0755***	0.0411*	0.0756***
Renda	0.397	0.956**	0.393	1.112**	0.599	1.208***
Diver. Ocupação		0.0739**		0.0949***		0.0797**
IDEB Inicial	0.0910***	0.0853***	0.0882***	0.0840***	0.0655**	0.0491
IDEB Final	-0.0154	-0.00301	-0.0141	-0.00241	-0.0178	-0.00779
IFDM Geral			0.111	0.0819		
IFDM Saúde					-0.204	-0.202
IFDM Educ.					0.466**	0.587**
IFDM Emprego					0.192	0.0485
Pseudo R ²	1%	2%	1%	2%	1%	2%
Observações	1479	1271	1435	1237	1435	1237

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

Nota 1: Os resultados são os Efeitos Marginais após a estimação do Logit. Cada coluna representa uma especificação, com diferentes variáveis explicativas, para indicar a robustez dos resultados encontrados.

Nota 2:

- Tempest. (1) = Variáveis que não foram testadas na coluna 1 (Diver. Ocupação, IFDM Geral, IFDM Saúde, IFDM Educ., IFDM Emprego&Renda).
- Tempest. (2) = Variáveis que não foram testadas na coluna 2 (IFDM Geral, IFDM Saúde, IFDM Educ., IFDM Emprego&Renda).
- Tempest. (3) = Variáveis que não foram testadas na coluna 3 (Diver. Ocupação, IFDM Saúde, IFDM Educ., IFDM Emprego&Renda).
- Tempest. (4) = Variáveis que não foram testadas na coluna 4 (IFDM Saúde, IFDM Educ., IFDM Emprego&Renda).
- Tempest. (5) = Variáveis que não foram testadas na coluna 5 (Diver. Ocupação, IFDM Geral).
- Tempest. (6) = Variável que não foi testada na coluna 6 (IFDM Geral).
- Diversidade de Ocupação = indica as modalidades de ocupações do mercado de trabalho de cada município.

Pelos resultados encontrados, há um efeito negativo do tamanho do município na probabilidade de haver Tempestividade, e este resultado é robusto e significativo para as diferentes especificações, com exceção da especificação 5. Este é o único fator para o qual foi encontrado efeito negativo. As variáveis de distância em relação a capital – $\ln(\text{Distância})$, diversidade de ocupações econômicas – Diversidade de Ocupação, percentual da população com renda até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo *per capita* – Renda, performance de notas dos alunos do primeiro ano do ensino fundamental – IDEB Inicial, e o indicador Firjan para educação – IFDM Educ. todos apresentaram efeito positivo e significativo em várias das especificações apresentadas, indicando que estas variáveis estão associadas com maior probabilidade de os municípios entregarem os documentos ao TCE/PI no prazo definido pela legislação.

TABELA 5 RESULTADOS PARA INTEGRALIDADE

Variáveis	Integralid. (1)	Integralid. (2)	Integralid. (3)	Integralid. (4)	Integralid. (5)	Integralid. (6)
$\ln(\text{PIB})$	0.00315*	0.000256	0.00330*	0.000585	0.00396**	0.00136
$\ln(\text{Área})$	-0.00164	-0.00332	-0.00155	-0.00317	-0.00158	-0.00360
Equilíbrio	0.00313	-4.31e-05	0.00326	-0.000254	0.00301	-4.59e-05
Esc. Prefeito	-0.00159	-0.00178	-0.00113	-0.00147	-0.000817	-0.00109
$\ln(\text{Distância})$	-0.0079***	-0.00567**	-0.00690**	-0.00485*	-0.00636**	-0.00355
Renda	-0.124**	-0.0485	-0.0717	-0.00781	-0.0881	-0.0241
Diver Ocupação		0.0104		0.00948		0.0106*
IDEB Inicial	-0.0130**	-0.00898	-0.0143**	-0.0110*	-0.0133**	-0.0107*

IDEB Final	0.0120***	0.00956**	0.00842*	0.00659	0.00829*	0.00684
IFDM Geral			0.105*	0.0983*		
IFDM Saúde					0.0561**	0.0617**
IFDM Educ.					0.00858	-0.0101
IFDM Emprego					0.00872	-0.00644
Pseudo R ²	12%	12%	13%	13%	14%	15%
Observações	1479	1271	1435	1237	1435	1237

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pela autora.

Nota 1: Os resultados são os Efeitos Marginais após a estimação do Logit. Cada coluna representa uma especificação, com diferentes variáveis explicativas, para indicar a robustez dos resultados encontrados.

Nota 2:

- Integralid. (1) = Variáveis que não foram testadas na coluna 1 (Diver. Ocupação, IFDM Geral, IFDM Saúde, IFDM Educ., IFDM Emprego&Renda).
- Integralid. (2) = Variáveis que não foram testadas na coluna 2 (IFDM Geral, IFDM Saúde, IFDM Educ., IFDM Emprego&Renda).
- Integralid. (3) = Variáveis que não foram testadas na coluna 3 (Diver. Ocupação, IFDM Saúde, IFDM Educ., IFDM Emprego&Renda).
- Integralid. (4) = Variáveis que não foram testadas na coluna 4 (IFDM Saúde, IFDM Educ., IFDM Emprego&Renda).
- Integralid. (5) = Variáveis que não foram testadas na coluna 5 (Diver. Ocupação, IFDM Geral).
- Integralid. (6) = Variável que não foi testada na coluna 6 (IFDM Geral).

Para a análise da Integralidade das informações, é reportado um efeito negativo e significativo, robusto entre as diferentes especificações apresentadas, da distância para a capital – $\ln(\text{Distância})$ – na probabilidade de haver Integralidade dos documentos. Este efeito negativo e significativo, robusto para as diferentes especificações, também é encontrado para a variável de nota dos anos iniciais do ensino fundamental – IDEB Inicial.

As variáveis de nota dos anos finais do ensino fundamental – IDEB Final, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM Geral, e Índice Firjan de Saúde – IFDM Saúde – foram as que apresentaram efeito positivo na probabilidade de haver Integralidade de informações nos documentos (RREO e RGF), efeito robusto entre as diferentes especificações. Também foi encontrando efeito positivo das variáveis de PIB – $\ln(\text{PIB})$ – e Diversidade de Ocupações Econômicas no Município – Diver. Ocupação – na probabilidade de haver Integralidade, porém, os resultados aparecem em apenas algumas das especificações apresentadas, no nível de

significância de 10% (e 5% para $\ln(\text{PIB})$ na especificação (5) do modelo), não sendo considerados robustos, o que inspira parcimônia na interpretação.

4.3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste estudo foram coletados dados estatísticos de gestão fiscal: fatores sociodemográficos (área e distância) e socioeconômicos (escolaridade do prefeito, renda, PIB, saúde, educação, emprego&renda, diversidade ocupacional e equilíbrio fiscal – variáveis explicativas), que podem influenciar a Tempestividade e a Integralidade das informações fiscais dos RREO e RGF publicadas pelos municípios – variáveis explicadas. Os dados foram estimados por regressões do modelo *logit* com efeitos marginais, propondo a verificar se o tamanho da economia e a extensão territorial dos municípios influenciam a Tempestividade e a Integralidade dos RGF e RREO dos municípios do Piauí.

Na Tabela 2 foram apresentadas as estatísticas descritivas, onde se constatou que, em média 58% dos municípios apresentaram os relatórios (RREO e RGF) ao TCE/PI em tempo hábil, enquanto em média, apenas 2% entregaram os referidos relatórios na sua completude; leva a entender que os gestores públicos do estado do Piauí estão mais empenhados em cumprir os prazos de entrega dos relatórios supracitados do que entregá-los de forma completa ao TCE/PI.

Enquanto, Kochmanski (2017) aponta resultados da estatística descritiva na prestação de contas dos relatórios fiscais dos municípios do estado de Rondônia, entregues ao Tribunal de Contas de Rondônia TCE/RO, com mais Integralidade, e menos Tempestividade dos documentos; leva a entender que os gestores municipais do estado de Rondônia priorizaram entregar os documentos na sua completude em relação ao cumprimento dos prazos determinados pela legislação.

A variável de renda apresenta que, em média 54%, mais da metade da população piauiense vive com baixa renda, coaduna com os resultados a nível de país, conforme o IBGE. A média de indicadores IFDM Educação, IFDM Saúde e IFDM Emprego&Renda demonstram média relativamente alta, visto que esses indicadores variam entre zero e um, apresenta efeito positivo sobre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios, com destaque para a educação que atinge a média de 0,56% numa escala de zero a um.

Esses resultados se nivelam com achados de (Silva & Crisóstomo, 2019; Zuccolotto & Teixeira, 2014; Sousa et al., 2013), que apontam a influência dos aspectos socioeconômicos: educação, empregabilidade, de modo consequente a renda, e saúde no desenvolvimento do ente público, e melhoria na qualidade de vida da população.

A Tabela 3 mede o grau de correlação entre as variáveis dependentes e independentes, demonstra a dinâmica conjunta entre duas variáveis, apresenta como uma variável se comporta em relação a outra; percebe-se correlação positiva entre a variável IFDM Educação, e a Integralidade e Tempestividade, nas colunas 1, 2, 3, 9 e 10. Enquanto nas colunas 4, 7, e 8, a correlação é inversamente proporcional. Situação análoga acontece quando o IBGE aponta Curral Novo do Piauí e Simões como o primeiro e terceiro maior crescimento do PIB respectivamente entre todos os municípios brasileiros em 2017. Em contrapartida, os dois menores crescimentos municipais de PIB no Brasil são de Miguel Leão e Santo Antônio dos Milagres, situados também no Piauí.

Destaca-se que a distância do município em relação à capital, e a renda per capita familiar de até meio salário-mínimo, são grandezas inversamente proporcionais à Integralidade; haja vista que à medida que aumenta a distância do

município em relação à capital (Teresina); e aumenta a renda de até meio salário-mínimo do município, diminui a probabilidade de os RREO e os RGF serem entregues na sua completude ao TCE /PI.

Portanto, se confirmou a hipótese H3 dessa pesquisa. Esse achado está alinhado com Campante (2014) que apontou evidências de que capitais isoladas estão associadas a menor prestação de contas e que indivíduos que vivem longe da capital são menos informados e mais acomodados.

A Tabela 4 apresenta uma discussão dos resultados achados acerca da Tempestividade das informações (RREO e RGF) na prestação de conta dos municípios ao TCE/PI. A área apresenta grande significância inversamente proporcional para explicar a Tempestividade, exceto a coluna 5, quanto maior a área do município, mais intempestivas as prestações de contas. Razão que confirma a hipótese H1 desse trabalho.

Atribui-se a essa situação a morosidade para juntar os balancetes de cada setor (secretaria) do ente público e enviar ao TCE/PI, quanto maior o município, mais aumenta a movimentação de contas e consequentemente a quantidade dos RREO e dos RGF, mais tempo, portanto para finalizá-los.

Entretanto, as variáveis de distância em relação a capital, diversidade de ocupação econômica, percentual da população com renda de até meio salário-mínimo, IDEB até o quinto ano, e o fator socioeconômico que é formado pelas variáveis IFDM Geral (IFDM Emprego&Renda, IFDM Educação, IFDM Saúde), apresentaram-se estatisticamente significante para explicar a Tempestividade dos relatórios contábeis. Tem se confirmação para a hipótese H2 - O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do primeiro ao quinto ano do município apresenta-se estatisticamente significante para explicar a Tempestividade

dos RREO e dos RGF dos municípios do Piauí. Esse resultado converge com Zuccolotto e Teixeira (2014) que mencionam: a melhor educação forma cidadão consciente e participativo na gestão pública.

Nesse sentido, observou-se que os municípios com melhores condições de educação, Emprego&Renda, e saúde, apresentam maior Tempestividade nas informações prestadas ao TCE/PI.

Esses resultados sugerem que as pessoas com mais educação, renda, e melhores condições de saúde, são mais instruídas para a formação consciente das suas obrigações e direitos com participação no controle social, passam a cobrar dos gestores os bons níveis de serviços prestados a sociedade.

Nessa direção Limberger (2007) diz que o grande entrave da participação das pessoas no processo governamental é a ignorância educacional, a alienação do conhecimento. Para Silva e Crisóstomo (2019) a ineficiência educacional coíbe o exercício da cidadania e por conseguinte, a participação na gestão pública. Essa constatação propõe que a má qualidade da educação no Brasil contribui para grandes dificuldades da sociedade efetivar a cidadania e atuar na administração pública.

O PIB *per capita* se mostrou estatisticamente significativo para explicar a Tempestividade dos RREO e dos RGF dos municípios do Piauí. Razão que se confirmou a hipótese H4 desta pesquisa. Tais efeitos se alinham aos achados sugeridos pela literatura sobre a qualidade da gestão pública para o crescimento socioeconômico (Kochmanski, 2017).

A partir da Tabela 5, verifica-se que a distância do município em relação à capital (Teresina) e a nota dos anos iniciais do ensino fundamental – IDEB inicial,

apresentam negativamente, significantes e robustas para explicar a Integralidade das informações apresentadas ao TCE/PI, sugere - se que os resultados referentes a educação nos anos iniciais (1º ao 5º ano) estão em sintonia com a realidade do Brasil que ao completar duas décadas de vigência da LRF a qual determina a completude dos relatórios contábeis, apesar de ter destacado efeitos positivos sobre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios, ainda não conseguiu consolidar completamente a notabilidade da responsabilidade fiscal entre os gestores públicos no quesito Integralidade dos documentos.

As variáveis explicadas Tempestividade e Integralidade são *dummies* com valor um (1) para o município que cumpriu o prazo para entrega dos relatórios ao TCE/PI; e (0) zero, quando não cumpriu o prazo. Foram estimadas a Tempestividade e a Integralidade dos relatórios dos municípios.

A variável explicativa Equilíbrio Fiscal foi uma *dummy* com valor 1 quando o município teve superávit primário, e zero para quando não teve superávit. A variável explicativa Escolaridade do Prefeito é uma *dummy* que assumiu valor 1 quando o Prefeito tem curso superior; e zero quando não tem curso superior. A variável PIB está com preços deflacionados pela série histórica do IPCA-IBGE. ε é o termo de erro do modelo.

Capítulo 5

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo apontou a influência que as condições socioeconômicas e sociodemográficas exercem sobre a Integralidade e Tempestividade dos RREO e RGF dos municípios do estado do Piauí no período de 2010 a 2016.

Os Resultados das regressões *logit* e efeitos marginais apontaram que, à medida que a área do município aumenta, menor tende a ser a probabilidade de o município cumprir os prazos de entrega dos relatórios.

Verificou-se que os municípios com melhores condições socioeconômicas apresentam maior Tempestividade nas informações prestadas ao TCE/PI. Isso corrobora com os resultados encontrados por Zuccolotto e Teixeira (2014), demonstram que as pessoas com mais educação, Emprego&Renda, e saúde, são mais instruídas para a formação consciente das suas obrigações e direitos com participação no controle social, passam a cobrar dos gestores os bons níveis de serviços prestados a sociedade.

Além disso, a pesquisa constatou que a variável distância do município em relação a capital (Teresina) e a variável de nota dos anos iniciais do ensino fundamental – IDEB inicial, apresentam relação negativamente, significantes e robustas para diferentes especificações da Integralidade das informações, sugere-se que esses resultados estão em sintonia com a realidade do Brasil que ao completar duas décadas de vigência da LRF, a qual determina a completude dos relatórios contábeis, apesar de ter destacado efeitos positivos sobre o desenvolvimento sócio econômico dos municípios, ainda não conseguiu consolidar completamente a

notabilidade da responsabilidade fiscal entre os gestores públicos no quesito Integralidade dos documentos.

Por fim, deve-se destacar que, dado o baixo nível de Integralidade dos relatórios contábeis apresentados pelos municípios piauienses, pode se admitir que a cultura da responsabilidade fiscal, denotada através das ações da gestão pública que visam a austeridade, solidez, e a sustentabilidade das contas públicas, ainda não é o padrão que predomina nas gestões dos municípios do Piauí.

Nesse contexto, a contribuição deste trabalho para a literatura foi ter ratificado a hipótese de que a distância, em km², do município à capital (Teresina), e a nota dos anos iniciais do ensino fundamental – IDEB inicial, influenciam negativamente a Integralidade dos demonstrativos contábeis; o que veio a reafirmar o achado internacional de Campante (2014) que aponta evidências de que capitais isoladas estão associadas a menor prestação de contas e que indivíduos que vivem longe da capital são menos informados e mais acomodados. Espera-se também que essa pesquisa possa contribuir para outras que virão com essa temática.

Apesar dos resultados relevantes em Integralidade e Tempestividade, não se conseguiu comprovar que elas funcionem conjuntamente - não se pode afirmar que o município que foi mais tempestivo também teve mais completude nos RREO e RGF; e que o recorte temporal (2010 a 2016) é a última disponibilidade de dados de julgamento das contas pelo TCE/PI. Dessa forma, apresenta-se como limitação da pesquisa, o fato de o período dos dados 2010 – 2016, haja vista que a citada corte de contas não tem dados efetivamente julgados pós 2016.

Fica como sugestão para pesquisas futuras, incluir nos modelos variáveis de fatores internos que possam afetar a Integralidade e Tempestividade dos RREO e dos RGF para que possa medir o capital humano do município (despesa de

pessoal/total de servidores), outra sugestão de variável é o grau de participação do governo no PIB do município, e ainda, que possa Identificar os fatores que possam associar Tempestividade e Integralidade simultâneas, nos RREO e nos RGF de prestações de contas dos municípios piauienses.

REFERÊNCIAS

- Abdala, P. R. Z., & Torres, C. M. S. de O. E. (2016). A Transparência como Espetáculo: uma análise dos portais de transparência de estados brasileiros. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 1, n. 3.
- Araújo, A. H. dos S., Filho, J. E. dos S., & Gomes, F. G. (2015). Lei de Responsabilidade Fiscal: efeitos e consequências sobre os municípios alagoanos no período 2000-10. *Revista de Administração Pública – FGV – Rio de Janeiro*, v. 49, n. 3, p. 739-759.
- Arvate, P., Rocha, F., Curi A. Z., & Sanches F. A. M. (2010). *Corruption and the size of government: Causality tests for OECD and Latin American countries*. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/46528043_Corruption_and_the_size_of_government_Causality_tests_for_OECD_and_Latin_American_countries> acesso em 13 jan. 2020
- Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil. (2017). Planejamento Estratégico 2018-2023: Atricon colhe sugestões no TCU e no TC-DF. 2017. Disponível em: <<http://www.atricon.org.br/imprensa/planejamento-estrategico-2018>>
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (2019). Agência de Notícias do BNDES: blog. Disponível em: www.agenciadenoticias.bndes.gov.br/blogdodesenvolvimento/detalhe/Saude-fiscal-dos-municipios-brasileiros-avaliando-o-impacto-do-BNDES/ acesso em: 05/04/2021.
- Bairral, M. A. da C., Silva, A. H. C., & Alves, F. J. dos S. (2015). Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. *Revista de Administração Pública* [online]. 2015, v. 49, n. 3 [Acessado 29 Agosto 2021], pp. 643-675. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7612125158>>. ISSN 0034-7612. <https://doi.org/10.1590/0034-7612125158>.
- Brasil. Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000. (2000). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- Brasil. Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009. (2009). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp131.htm> Acesso em: 26 jan. 2018.
- Campante, F. R., & Quoc-Anh Do. (2014). *Isolated Capital Cities, Accountability, and Corruption: Evidence from US States*. *American Economic Review* 2014, 104(8): 2456.

- Ceolin, A. C., Almeida, J. A. C. de., & Alves, M. do C. M. (2016). Portal da Transparência e o acesso à informação: um estudo do portal da transparência e o controle social em três municípios do estado de Pernambuco. *Desenvolvimento Socioeconômico em Debate*, v. 1, n. 2, p. 42–59.
- Costa, F. M., & Rátis, S. P. N. (2013). Determinantes para o atraso na divulgação das contas públicas anuais dos municípios do Estado do Espírito Santo. Congresso ANPCONT, VII. Conselho Regional de Contabilidade do Paraná. Demonstrações Contábeis: aspectos práticos, elaboração e apresentação conceitual de acordo com o IFRS. (2011). Disponível em: <http://www.crcpr.org.br/new/content/download/2011_demonstracoesContabeis.pdf> acesso em 01/05/2018.
- Cruz, N. F., Tavares, A. F., Marques, R. C., & Jorge, S. (2015). *Measuring local government transparency. Public Management Review*, v. 18, p. 866-893.
- Cruz, C. F., & Afonso, L. E. (2018). Gestão fiscal e pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal: evidências em grandes municípios. *Rev. Adm. Pública* [online]. Vol.52, n.1, pp.126-148. ISSN 0034-7612. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7612165847>. Acesso em: 02 jan. 2020.
- Cruz, A. F., Lopes, B. L., Pimenta, D. P., & Soares, G. F. (2018). A gestão fiscal do estado do Rio de Janeiro: uma análise à luz da LRF e da sustentabilidade da dívida no período de 2001 a 2017. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, n. 52, v. 4, p. 764-775.
- Dalto, C. do C. (2011). Execução de recursos de convênio entre fundações de apoio e universidades federais no Brasil: um estudo dos acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU). 2011. 103 p. Dissertação (Mestrado em 83 Ciências Contábeis) da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE).
- Ferraz, C., & Finan, F. (2011). "Electoral Accountability and Corruption: Evidence from the Audits of Local Governments." *American Economic Review*, 101 (4): 1274-1311. DOI: 10.1257/aer.101.4.1274
- Financial Accounting Standard Board (FASB) (1980). *Qualitative characteristics of accounting information, Statement of Financial Accounting Concepts (SFAC) núm. 2*, FASB, Stamford, Connecticut.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). Censo Populacional. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- Instrução Normativa nº 09, de 14 de dezembro de 2017. (2017). Dispõe sobre a forma e o prazo para o envio da prestação de contas da administração pública municipal direta e indireta ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí TCE/PI, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.tce.pi.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/Instru%C3%A7%C3%A3o-Normativa-n%C2%BA-09-17-disp%C3%B5e-sobre-forma-e-prazo-de-presta%C3%A7%C3%A3o-de-contas-2018-DFAM-1.pdf> Acesso em: 08 de julho de 2019.

- Iudícibus, S. (2010) *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- Klein, F. A. (2010). *Reelection incentives and political budget cycle: evidence from Brazil*. Revista de Administração Pública, 44(2), 283-337.
- Kochmanski, L. B. S. (2017). Efeitos do ciclo político orçamentário na tempestividade e integralidade do disclosure de gestão fiscal dos municípios. Disponível em <http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/8/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Luciene%20Bernado%20Santos.pdf> acesso em 02/05/2018.
- Kronbauer, C. A., Krüger, G. P., Ott, E. & Nascimento, C. J. (2011). Análise de inconsistências apontadas pelo TCE/RS em auditorias municipais: estudo do controle externo da gestão pública. Revista de Contabilidade e Organizações, vol. 5, núm. 12, maio-agosto, 2011, pp. 48-71.
- Leite Filho, G. A., & Fialho, T. M. M. (2015). Relação entre indicadores de qualidade da gestão pública e de desenvolvimento dos municípios brasileiros. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 20, n. 67, p. 277-295, 2015.
- Lima, R. C., & Campos, E. S. (2010). *Accountability*: Uma Análise Comparativa entre o Poder Executivo e Judiciário sobre a Divulgação de dados e informações, em seus Sítios Eletrônicos. In: Encontro de Administração Pública e Governança, 4. Vitória. Anais... [s. L.]: EnAPG, 2010. p. 1 – 17.
- Limberger, T. (2007). Transparência Administrativa e Novas Tecnologias: o Dever de Publicidade, o Direito a ser Informado e o Princípio Democrático. Revista De Direito Administrativo, 244, 248-263. <https://doi.org/10.12660/rda.v244.2007.42471>
- Linhares, F., Penna, C., & Borges, G. (2013). Os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos municípios do Piauí. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 47, n. 6, p. 1359-1374, ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/13975/12865>>. Acesso em: 01 Mar. 2020.
- Lopes, J. E. G., Ribeiro, F. J. F., Pederneiras, M. M. M., & Silva, F. D.C. (2009). Requisitos para Aprovação de Prestações de Contas de Municípios: Aplicação de Análise Discriminante (AD) a partir de Julgamentos do Controle Externo. Revista Contabilidade Vista e Revista, v.19, n.4, pp. 59-83.
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. (2018). Port STN nº 877-2018_Aprova o MCASP 8º Ed.
- Marion, J. C. (2018). *Contabilidade empresarial*. São Paulo: Atlas.
- Matos, P. R. F. (2017). Análise do impacto das fontes alternativas de financiamento na eficiência e na produtividade dos entes federativos subnacionais no Brasil após a Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, n. 51, v. 4, p. 482-508.

- Nakaguma, M. Y., & Bender, S. (2006). A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos Estados. *Economia Aplicada*. vol.10 n.3 Ribeirão.
- Normas Brasileiras de Contabilidade. (2016). Contabilidade para pequenas e médias empresas. Disponível em: [http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1000\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1000(R1).pdf) acesso em: 20 de Julho de 2019.
- Norma Brasileira de Contabilidade. (2016). Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. NBC TSP – do Setor Público | Conselho Federal de Contabilidade (cfc.org.br). Acesso em: 20 jul. 2021.
- Norma Brasileira de Contabilidade - Estrutura Conceitual. (2018). https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:31484
- Ott, E., Kruger, G. P., & Kronbauer, C. A. (2011). Análise dos fatores explicativos das inconformidades apontadas pelo TCE/RS nas auditorias em executivos municipais da Região Metropolitana de Porto Alegre. *Anais... Encontro da ANPAD*, XXX V. Rio de Janeiro.
- Platt Neto, O. A., Cruz, F. da., & Vieira, A. L. (2007). Transparência das contas públicas das universidades: um enfoque no uso da internet como instrumento de publicidade. *Anais... Colóquio Internacional sobre Gestão universitária na América do Sul*, IV. INPEAU
- Queiroz, D. B. (2013). Transparência nos municípios do Rio Grande do Norte: avaliação da relação entre o nível de *disclosure*, tamanho e característica socioeconômica. *RECFIN – Revista Evidenciação Contábil & Finanças*. V. 1, n. 2, p. 38-51.
- Queiroz, D. B. de, Nobre, F. C., Silva, W. V. da, & Araújo, A. O. (2013). Transparência dos Municípios do Rio Grande do Norte: Avaliação da Relação entre o Nível de *Disclosure*, Tamanho e Características Socioeconômicas. *Revista Evidenciação Contábil & Amp; Finanças*, 1(2), 38–51. Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/index.php/recfin/article/view/16677>
- Resende, W. C., & Nassif, M. E. (2015). Aplicação da lei de acesso à informação em portais de transparência governamentais brasileiros. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis, v. 20, n. 42, p. 1-16, ISSN 1518-2924. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/15182924.2015v20n42p1/29132>>. Acesso em: 12 mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2015v20n42p1>.
- Resolução CFC n. 1.374, de 22 de outubro de 2011. (2011) NBC TG Estrutura Conceitual – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. Brasília, 2011. Disponível em:

<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1374.doc>. Acesso em: 08 set. 2019.

- Rocha, L. R., & Costa, F. M. (2016). Determinantes para divulgação voluntária de demonstrações contábeis em *websites* de municípios do Rio de Janeiro. *Revista de Contabilidade da UFBA, Salvador, BA, V. 10, n. 3, p. 88-112.*
- Sacramento, A. R. S., & Pinho, J. A. G. de. (2015). *Accountability Social e Lei da Ficha Limpa no Brasil: Um Estudo sobre as Eleições 2014.* In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 39. Belo Horizonte. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD.
- Sanchez, A. F. C., & Nascimento J. O. (2016). Uma Análise Crítica da Informação Contábil dos Municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso_internacional/anais/6CCF/89_16.pdf> acesso em 29/07/2018.
- Slomski, V. (2010). *Manual de Contabilidade Pública. Um Enfoque na Contabilidade Municipal.* 2ª Ed. São Paulo: Atlas.
- Silva, C. R. M., & Crisóstomo, V. L. (2019). Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses *Revista de Administração Pública Print version ISSN00347612Online version ISSN 1982-3134 Rev. Adm. Pública vol.53 no.4 Rio de Janeiro July/Aug. 2019 Epub Sep 12. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-761220180234>>. Acesso em: 01 mar. 2020.*
- Souza, F. J. V., Silva, M. C., Araújo, A. O., & Silva, J. D. G. (2010) Uma análise sobre a evidenciação das contas públicas das capitais brasileiras. Doi: 10.4025/enfoque.v29i1.10683. Enf.: Ref. Cont. UEM - Paraná v. 29 n. 1 p. 79-92.
- Sousa, P. F. B., Lima, A. O., Nascimento, C. P. S., Peter, M. G. A., Machado, M. V. V., & Gomes, A. O. (2013). Desenvolvimento Municipal e Cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal: uma análise dos municípios brasileiros utilizando dados em painel. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 1 (1), 58-70.
- Sothe, A., Dill, R. P., & Dresel, I. (2014). Evidenciação das informações contábeis: estudo dos governos municipais da Região sul do Brasil. *Estudo & Debate.* v. 21, n. 2, p. 221-239.
- Söthe, A., Visentini, M., & Kegel, P. (2018). Indicadores Demográficos e Socioeconômicos: Relações com a Gestão dos Recursos e Índices de Desenvolvimento Municipais. *Práticas de Administração Pública*, 2(1), 63-84. doi:<https://doi.org/10.5902/2526629234769>.

- Tazik, H., & Mohamed, Z. M. (2014). *Accounting information system eectiveness, foreign ownership and timeliness of corporate financial report. 5th Asia-Pacific Business Research Conference. Kuala Lumpur, Malaysi.*
- Velten, S. R. (2015). Determinantes da rejeição das prestações de contas anuais dos municípios capixabas pelo tribunal de Contas do estado do Espírito Santo. Disponível em <
<http://www.socialiris.org/antigo/imagem/boletim/arq5540f9ac650c3.pdf>> acesso em: 01/05/2018
- Zorzal, L., & Rodrigues, G. M. (2015). *Disclosure* e transparência no setor público: Uma análise da convergência dos princípios de governança. *Informação & Informação*, v.20 n. 3, p. 113-146.
- Zuccolotto, R., & Teixeira, M. A. C. (2014) As causas da transparência fiscal: evidências nos estados brasileiros. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 25, n. 66, p. 242-254.